

# Ciências Humanas: Afeto, Poder e Interações



Natalia Colombo  
(Organizadora)

 **Atena**  
Editora  
Ano 2020

# Ciências Humanas: Afeto, Poder e Interações



Natalia Colombo  
(Organizadora)

  
Atena  
Editora  
Ano 2020

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremonesi

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena

Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

**Conselho Editorial**

**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

## **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

## **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande

Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

### **Linguística, Letras e Artes**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia  
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília



Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza  
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista



**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Maria Alice Pinheiro  
**Correção:** David Emanuel Freitas  
**Edição de Arte:** Luiza Alves Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizadora:** Natalia Colombo

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)**

C569 Ciências humanas [recurso eletrônico] : afeto, poder e interações / Organizadora Natalia Colombo. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5706-457-3

DOI 10.22533/at.ed.573200710

1. Ciências humanas – Pesquisa – Brasil. I.Colombo, Natalia.

CDD 300

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

O primeiro volume de “Afeto, Poder e Interações” transita entre as temáticas relacionadas aos direitos humanos, democracia, cidadania, racismo, migrações e territórios.

Dialéticas Marxistas dão base para análises da prática profissional do serviço social, violação dos direitos humanos como meio de compreensão do fenômeno da pobreza (e os desafios do exercício da cidadania por pessoas em situação de rua) e práticas educativas apoiadas nos direitos humanos para a convivência com a diversidade no ambiente escolar. Colaboram, também, com as análises voltadas a um projeto educacional aplicado como ferramenta para que crianças se assimilem aos lugares de resistência ancestral de forma positiva; e sobre a relação da juventude com a alienação política. Precedendo a observação sobre como a formação continuada docente colabora com a promoção de mudanças metodológicas no ensino e, por consequência, nas mudanças de aprendizado.

Na sequência, relações de poder de ideologia patriarcal e as lutas das mulheres abrem espaço para os debates feministas e os papéis de esteio feminino nas sociedades – desde debates revolucionários à temáticas de saúde pública e autocuidado.

Performance e psicologia analítica são abordados na construção do personagem fictício e aplicados em projetos de combate à violência contra a mulher.

Reflexões de caráter antropológico e a contextualização da origem da imprensa alternativa homossexual são apresentados para o entendimento sobre a percepção de sujeitos gays negros frente à sociedade.

Além da compreensão de uma perpetuação de um estereótipo embranquecido – pano de fundo para o marketing de empreendimento imobiliário na formação do imaginário social na cidade de São Paulo.

Os capítulos finais abordam o estigma social, preconceito e desvalorização humana de profissões relacionadas à coleta de lixo; além do recorte local de um processo migratório global causador do aumento da população vulnerável em todo o planeta.

Na esteira das relações migratórias de fronteira, apresentamos como as representações sociais de identidades culturais podem reforçar, de maneira positiva, identificações entre nações.

Trata-se ainda, sobre o multiculturalismo e peculiaridades do campo; sob análises do processo histórico no qual o conceito de propriedade se cunhou; territórios e resistências na construção de comunidades e sobre a luta e libertação do colonialismo.

Natalia Colombo

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
SERVIÇO SOCIAL E TEORIA MARXIANA: HISTÓRIA, SUPERAÇÕES E CONTINUIDADES Nathália Pereira Prado Solange Fernandes DOI 10.22533/at.ed.5732007101	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>16</b>
A DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS E OS PROCESSOS DE VIOLAÇÃO A PARTIR DO CONTEXTO DA PESSOA EM SITUAÇÃO DE RUA Gustavo Júnior Andrade dos Reis Robert Henrique Sousa Dantas Paulo Sérgio Araújo DOI 10.22533/at.ed.5732007102	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE NA ESCOLA MUNICIPAL ALDENIRA NUNES NO MUNICÍPIO DE FLORIANO-PI Sandra Muniz Vieira DOI 10.22533/at.ed.5732007103	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>38</b>
REVERBERANDO O LUGAR DA PEQUENA CRIANÇA NEGRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM DIÁLOGO POSSÍVEL ATRAVÉS DO PROJETO: AFRICANIDADES E BRASILIDADES Marivania Xavier Cavalcanti Costa DOI 10.22533/at.ed.5732007104	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>49</b>
PROTAGONISMO JUVENIL OU ALIENAÇÃO: DILEMAS DO COTIDIANO E INTERAÇÕES NO CAMPO POLÍTICO José Silon Ferreira Aloisio Ruscheinsky DOI 10.22533/at.ed.5732007105	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>62</b>
ESTUDO SOCIOINTERACIONAL DO DISCURSO DE PROFESSORES DE PORTUGUÊS DA REDE PÚBLICA DE ENSINO DO DF EM CURSO DE FORMAÇÃO CONTINUADA Vera Lúcia Godinho Carneiro DOI 10.22533/at.ed.5732007106	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>73</b>
APONTAMENTOS SOBRE PATRIARCADO, MOVIMENTOS FEMINISTAS E DIREITOS DAS MULHERES CUBANAS PÓS-REVOLUÇÃO Rita de Cassia Krieger Gattiboni Rosângela Angelin DOI 10.22533/at.ed.5732007107	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>85</b>
SAÚDE E SABERES DAS MULHERES EM CONTEXTO RIBEIRINHO	
Priscila Freire Rodrigues	
Lígia Costa de Sousa Nogueira Martins	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5732007108</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>101</b>
NÓS - TEATRO DAS OPRIMIDAS E A (DES) NATURALIZAÇÃO DAS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES	
Michelle dos Santos Lomba	
<b>DOI 10.22533/at.ed.5732007109</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>116</b>
O MUNDO ÍNTIMO DOS ARTISTAS: SANIDADE OU LOUCURA SOB O VIÉS JINGUIANO	
Andréa Hamminni Pires da Silva Avila Franquetto	
Carla Barcelos Nogueira Soares	
João Carlos de Aquino Almeida	
<b>DOI 10.22533/at.ed.57320071010</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>128</b>
QUESTÕES DE (DES)GOSTO: NOTAS REFLEXIVAS SOBRE MASCULINIDADE, NEGRITUDE, HOMOSSEXUALIDADE E AFETO	
Vinicius Luis Pires Queiroz	
<b>DOI 10.22533/at.ed.57320071011</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>140</b>
A EUGENIA NA CIDADE DE SÃO PAULO ENTRE OS ANOS DE 1988-1990 ATRAVÉS DO JORNAL “FOLHA DE SÃO PAULO”	
Bolají Alves Matos de Paula Xavier	
<b>DOI 10.22533/at.ed.57320071012</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>151</b>
O CANTO DAS SEREIAS: IMAGENS DO HABITAR NA CIDADE DE SÃO PAULO SOB O CAPITALISMO FINANCEIRO	
Maria Fernanda Andrade Saiani Vegro	
Fábio Lopes de Souza Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.57320071013</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>167</b>
O GARI E O CATADOR COMO TRABALHADORES <i>OUTSIDERS</i> E A ESTIGMA SOCIAL	
Kayo Henrique Duarte Gameleira	
Thallys Emanoell Pimenta de Freitas	
Ailton Siqueira de Sousa Fonseca	
<b>DOI 10.22533/at.ed.57320071014</b>	

<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>180</b>
REFUGIADOS NA AMÉRICA LATINA: REFLEXÕES SOBRE O MOVIMENTO MIGRATÓRIO DOS VENEZUELANOS PARA O BRASIL	
Lucelaine dos Santos Weiss Wandscheer	
Flávia Candido da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.57320071015</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>194</b>
A REAFIRMAÇÃO DO ESTEREÓTIPO DA AMIZADE URUGUAIO-BRASILEIRA NO TELEJORNALISMO E NO IMAGINÁRIO FRONTEIRIÇO	
Roberta Brandalise	
<b>DOI 10.22533/at.ed.57320071016</b>	
<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>208</b>
IMPLICÂNCIAS E SILÊNCIOS DA HISTÓRIA EM RELAÇÃO AO LINGUAJAR CAMPEIRO: APONTAMENTOS PRELIMINARES	
Manoel Adir Kischener	
Everton Marcos Batistela	
Airton Carlos Batistela	
Mariza Rotta	
<b>DOI 10.22533/at.ed.57320071017</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>226</b>
A PROPRIEDADE DA TERRA ENTRE OS SÉCULOS XVI E XIX NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA	
Lorenzo Giovanni Gava	
Eleide Abril Gordon Findlay	
<b>DOI 10.22533/at.ed.57320071018</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>234</b>
GEOGRAFIA, TERRITÓRIO E QUILOMBOS: OS DESAFIOS NO DEBATE DAS COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS	
Maria Pricila Miranda dos Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.57320071019</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>244</b>
PROCESSO REVOLUCIONÁRIO NA ÁFRICA LUSÓFONA: AMÍLCAR CABRAL E O MOVIMENTO DA LUTA DE LIBERTAÇÃO NACIONAL DE GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE	
Cam-naté Augusto Bissindé	
<b>DOI 10.22533/at.ed.57320071020</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>260</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>261</b>

## A PROPRIEDADE DA TERRA ENTRE OS SÉCULOS XVI E XIX NA HISTORIOGRAFIA BRASILEIRA

Data de aceite: 01/10/2020

### Lorenzo Giovani Gava

Acadêmico do curso de Licenciatura em História, bolsista de iniciação científica da Univille

### Eleide Abril Gordon Findlay

Orientadora, professora do curso de Licenciatura em História da Univille, e-mail:

**RESUMO:** Este trabalho de pesquisa está ligado a pesquisa “A mulher e a propriedade da terra” coordenada pela professora Eleide A. G. Findlay e tem como objetivo identificar as concepções e transformações no conceito de propriedade da terra registrados pela historiografia brasileira.

**PALAVRAS-CHAVE:** Propriedade da terra, Historiografia, Séculos XVI e XIX.

**ABSTRACT:** This research work is linked to the research "The woman and the property of the land" coordinated by Professor Eleide A. G. Findlay and aims to identify the concepts and transformations in the concept of land ownership recorded by Brazilian historiography..

**KEYWORDS:** land ownership, historiography, century XVI-XIX

## 1 | INTRODUÇÃO

Para compreender os processos pelos quais a propriedade da terra foi submetida no Brasil entre os séculos XVI e XIX é primordial compreender e analisar o processo histórico através do qual o conceito de propriedade foi criado, transformado e apropriado. Para isso, procedeu-se um mergulho na historiografia através do contato com diferentes autores e suas obras forjadas em diferentes correntes teóricas, assim visando alcançar um maior número de registros sobre o tema.

## 2 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

### 2.1 O que é propriedade?

De acordo com o verbete “propriedade” elaborado por Welch (2005) no Dicionário da Terra, o conceito propriedade vem do latim *proprius* e foi transformado ao longo da história, passando a existir na linguagem no século XIV, auge da Idade Média, sendo utilizado para definir características pessoais.

Até o Século XVIII, questões referentes a usos e posses de propriedades eram resolvidas por guerras entre as partes, normalmente entre metrópoles. A partir daí, quando a burguesia já com grande acúmulo de capital advindo basicamente do comércio de escravos africanos e produção de açúcar se insere e se transforma na classe dominante o conceito moderno de



propriedade é criado para suprir as necessidades de divisão e denominação de posses. Tendo em mãos as propriedades divididas, a burguesia adentra ao sistema capitalista, no qual explora material, braçal e intelectualmente as classes dominadas para manter sua dominação, influência e controle. Por isso Welch afirma que a história da propriedade é a história do capitalismo, sendo impossível compreender as transformações sofridas pelo conceito sem compreender a formação do capitalismo. (WELCH, 2005).

Para o economista Adam Smith, a propriedade só existe quando o dono tem sua posse confirmada por meios legais, como o cartório. Tal concepção é fruto do Século XIX, tempo em que Smith viveu e quando o papel do governo de ordenar os títulos de propriedades da burguesia aumenta (WELCH, 2005). É a partir desta concepção liberal que a propriedade passa a ser entendida como mercadoria.

Entretanto, para Karl Marx e outros membros do movimento comunista do início do Século XIX, a propriedade privada é o principal meio de dominação da burguesia, sendo assim, não representa a democracia, mas a exploração necessária para que a classe dominante acumule capital para o investimento em outras atividades lucrativas. Para Marx, o Estado se transformou em um aparato e representante da burguesia para a defesa de suas propriedades, pois é essa a instituição responsável por administrar e validar posses tão necessárias para a reprodução do sistema capitalista. Segundo Welch (2005), o processo de modernização foi o responsável por transformar a concepção social de propriedade em uma “mais particular e política” (WELCH, 2005).

De acordo com Grossi (2006, p. 5), para o historiador a “propriedade deve ser somente um artifício verbal para indicar a solução histórica que um ordenamento dá ao problema da relação jurídica mais intensa entre um sujeito e um bem [o ‘meu’ jurídico].”. E afirma sem dúvida que a questão da propriedade é primordial para a história jurídica da Europa ocidental e que esta mesma história “tenha sido vivida principalmente como vicissitudes de ‘proprietários’ e luta pela ‘propriedade’”. Entretanto, alerta que reduzir todas as dimensões de relações do homem a isso é o equivalente a uma “redução à miséria”.

Ainda segundo Grossi (2006), a propriedade moderna é fruto de um processo que durou cinco séculos, do XIV ao XIX, se tornou uma ideologia, um arquétipo e uma mentalidade, assim refletindo antes de tudo a visão do homem e de seu ordenamento sobre o mundo:

Talvez nenhum discurso jurídico seja tão permeado de bem e de mal, tão temperado por visões maniqueístas quanto o que versa sobre a relação homem-bens. Porque são tão grandes os interesses em jogo que inevitavelmente as escolhas econômico-jurídicas são defendidas pelas couraças não deterioráveis das conotações éticas e religiosas. A solução histórica tende a tornar-se ideologia fazendo um clamoroso salto de nível, e o modesto instituto jurídico que é conveniente tutor de determinados interesses de ordem e de classe, é subtraído à relatividade do devir e conotado de caráter absoluto (GROSSI, 2006, p. 10).

Por isso, para Grossi, (2006), paradoxalmente “a ordem fundiária de um certo momento histórico é muito mais aquilo que circula invisível [que seria a mentalidade] no ar daquele momento, do que aquilo que resulta inscrito entre os sinais sensíveis da paisagem agrária”.(GROSSI, 2006, p. 24)

A propriedade é sempre uma forma de dominação e prática de poder, e em todas as discussões em que ela está envolvida, muitos interesses estão circundados, dentre os quais de grandes empresas, grandes produtores, ONGs, movimentos sociais e o Estado, tendo pressões de muitos lados, cada grupo buscando garantir seus interesses, produzindo conflitos judiciais, sociais e políticos (WELCH, 2005, p. 379).

Durante os processos de colonização do Brasil pelos portugueses, partes destas mentalidades e ordenamentos jurídicos foram impostas e por isso, para uma maior compreensão da forma como as questões relacionadas à propriedade se desenrolaram no Brasil é imprescindível compreender o processo de colonização e a forma com a qual os colonizadores lidavam com estas questões.

## **2.2 A propriedade da terra no Brasil entre os séculos XVI e XIX**

Até o fim da Idade Média, o imaginário social português era baseado na cosmogonia cristã, o que abrangia o homem e as coisas ao seu redor, deste modo, era impossível explicar o mundo humano sem essa referência sagrada. Era um “mundo encantado”. Por ser um produto de sua época, o direito criado até o Antigo Regime seguia esta visão e por isso, acreditava que cada parte do todo (da criação), cada corpo social, grupo, camada ou indivíduo tinha sua função dentro do objetivo do Criador, sendo indispensável para a concretização do plano sagrado. Uma questão determinante no direito regido neste período é o “caráter natural da constituição social”, que servia para validar e dar legitimidade ao poder estabelecido. Era este caráter natural que demonstrava a cada estamento o seu lugar na cadeia de produção e organização na sociedade (HESPANHA, 2005).

Para Oliveira e Faria (2009), terra é um meio de produção totalmente diferente dos outros, pois ela não é fruto de trabalho, mas sim um bem natural, finito e imóvel, por isso desde o século XVIII economistas clássicos defendem ser irracional o modo de propriedade capitalista sobre ela. Ao ser transformada em mercadoria a terra se comporta e realiza de jeitos diferentes das demais, pois não é ela quem circula, mas sim seu representante, o título que garante sua apropriação. Portanto, não é a mercadoria em si, apenas equivale a ela. A terra quebra o padrão de que “ter é condição do usar e o usar é a realização do ter”, pois torna possível que os dois processos aconteçam separados. Sempre que o capitalista se apropria de um pedaço de terra, a intensão é o lucro, podendo ser este direto ou indireto, podendo servir para explorar a mão de obra de quem não consegue ter seu próprio terreno ou pode ser vendida para quem necessita dela para o trabalho. Um exemplo de lucro indireto é a renda fundiária, gerada pela compra, venda, aluguel ou cobrança de impostos sobre aquele pedaço de chão, sendo garantido pelo monopólio da classe dominante sobre

a propriedade privada da terra.

A organização fundiária brasileira é consequência dos processos históricos pelos quais o capital submeteu a terra à sua “lógica econômica de exploração”. Inicialmente, os povos nativos ocupavam a área territorial brasileira por modos de relações comunitárias de produção, desenvolvendo suas culturas, nas quais a natureza é tida como intrínseca ao indígena, por isso a importância dada à preservação e conservação de seus territórios, os quais devem ser extensos para que os processos sociais de reprodução se realizem. Entretanto, a ocupação colonialista aniquilou populações e ocupou territórios em nome da sociedade que surgia. A Coroa portuguesa emitia aos exploradores da colônia títulos de sesmarias, o que concedia o direito ao uso de terras reais. Como regulamentado por lei na Lei de 26 de Junho de 1375, a Coroa tinha o poder de tomar de volta a terra concedida caso os arrendatários não cultivassem naquele território (OLIVEIRA e FARIA 2009).

A concessão de sesmaria foi até 1822 o meio reconhecido de ocupação legítima do território, sendo seletivo ao contemplar apenas homens brancos, não sendo o bastante ser senhores de terras, eram também senhores de escravos. Sendo excluídos dos meios “legais” de posse de territórios, de herança e fora da economia escravista os mestiços de brancos e índias e de “sangue impuro” se apossavam de novos territórios para conseguirem sobreviver. “Foram esses os primeiros posseiros”. Por isso, a posse durante o regime das sesmarias tinha um caráter subversivo (OLIVEIRA e FARIA 2009).

De acordo com Motta (2012), a política de concessão de cartas de sesmarias foi uma forma encontrada pela Coroa portuguesa de valorizar política e economicamente a conquista do território ultramarino, além de auxiliar na garantia de domínio, redimensionando a relação entre rei e vassalos e reforçando a presença do Império no continente americano. Ainda, através das cartas de sesmarias a Coroa abriu espaço para as ocupações particulares de propriedade, pois sozinha a Coroa não teria condições de construir o poder Real na América portuguesa. Nesse sentido, o Estado português utilizava a distribuição de Cartas de Sesmarias como forma de controlar e direcionar as produções mercantis e alimentícias de acordo com suas necessidades em períodos cujo abastecimento passava por crise. Era imposto ao sesmeiro como condição de permanecer com o controle do território que ele cultivasse determinado produto, como o arroz, por exemplo. Também era através da emissão de cartas de sesmarias que a Coroa portuguesa concedia pequenas porções de terra destinadas a cultivos de primeira necessidade em torno da cidade do Rio de Janeiro.

As elites agrárias equivocadamente acreditavam que a ocupação de um território - ocupado ilegalmente - garantiria o direito a posse e o domínio daquelas terras. Esta prática foi solidificada no imaginário social da elite de maneira profunda o suficiente para que em primeiro momento passasse a ser considerado o meio legítimo de aquisição do domínio juntamente com as sesmarias e depois de 1822 substituiu o sistema de cartas.

Para Oliveira e Faria (2009), a Lei nº 601 de 18 de Setembro de 1850 ou a Lei de Terras, é o marco jurídico para a constituição da propriedade capitalista da terra no Brasil e

por consequência para a transformação da terra em mercadoria, pois como definiu o artigo 1º da própria Lei de Terras a terra só pode ser obtida por compra e venda. Também, foi a Lei que tratou de legalizar os títulos de sesmaria e demais posses, independente da área, desde que tivessem cultivo. Deste modo, permitiu que as terras griladas fossem legalizadas normalmente. O artigo 2º previa a punição para quem ocupasse terras devolutas – terras devolutas são por exclusão: as que não se acharem aplicadas a algum uso público nacional, provincial, ou municipal, as que não se acharem no domínio particular por qualquer título legítimo, nem forem havidas por sesmarias e outras concessões do Governo Geral ou Provincial, não incursas em comisso por falta do cumprimento das condições de medição, confirmação e cultura, as que não se acharem dadas por sesmarias, ou outras concessões do Governo, que, apesar de incursas em comisso, as que não se acharem ocupadas por posses, que, apesar de não se fundarem em título legal e as reservas indígenas – pois apenas a Coroa Imperial poderia comercializa-las. Na prática, a Lei 601 tornou a terra cativa, já que só poderia ser obtida através do comércio o que representou uma vitória para os grandes fazendeiros. Entretanto, existiam os que advogavam por um regime de terras livres, para que pudesse surgir uma “nova classe média de camponeses livres que quebrasse a estrutura social escravista e descaracterizasse os fazendeiros como senhores de escravos e terras, para fazê-los fundamentalmente burgueses e empresários” (OLIVEIRA e FARIA 2009, p. 5). Ainda, outra consequência da Lei foi separar o domínio garantido e a posse. Depois de 1850 o título da terra era mais importante que sua posse efetiva, garantindo ao titular o domínio sobre a terra que não necessariamente ele ocupou. Isso é a propriedade privada da terra.

A Lei não foi pensada fora de seu contexto. Em 1850 foi proibido o tráfico de escravos e assim estavam comprometidas a escravidão e o trabalho escravo. Por isso, a própria legislação já estabelecia critérios para as correntes migratórias de trabalhadores estrangeiros livres trazidos para substituir a mão de obra escrava. Se o acesso a terra fosse livre, estes colonos se estabeleceriam em territórios não ocupados e esvaziariam as grandes fazendas, deixando-as sem mão de obra. Por isso a terra cativa foi fundamental para a manutenção da “ordem social e política baseada na economia colonial, na dependência externa e nos interesses dos grandes latifundiários” (OLIVEIRA e FARIA 2009, p. 5).

Segundo o artigo 94 da própria Lei de Terras, o Registro Paroquial não conferia direito aos possuidores e de acordo com interpretações da maioria dos especialistas o Registro Paroquial não tinha intensão de garantir posse, mas sim permitir que o Império soubesse quais terras estavam apropriadas, a fim de fazer um levantamento estatístico e para hipotecas. Porém, a prática divergia do direito escrito e desde a implantação do Registro, ele tem sido apresentado como prova de domínio sobre as terras devolutas, quando o correto segundo a Lei seria apresentar um título de propriedade feito em separado, assim o ponto importante sobre o Registro Paroquial é perceber o modo como a prática transformou as leis. Para o Conselheiro Lafayette, renomado jurista no período imperial,

garantir e reconhecer registro de posse anterior à Lei de 1850 como título seria heresia e por isso os registros paroquiais não seriam válidos (OLIVEIRA e FARIA, 2009).

De acordo Oliveira e Faria (2009, p. 6):

Segundo a Consolidação das Leis Civis (1876) de Teixeira de Freitas, que serviu de norma até a promulgação do Código Civil em 1916 (artigos 907 e 1.320), só eram aptos para transmitir domínio os títulos que derivavam de contratos, de disposições de última vontade, de decisões judiciais e de determinação da lei. Nada disso ocorria com o registro.

O Governo Imperial acreditava que flexibilizando as leis, conseguiria fazer com que um maior número de posseiros regularizasse suas porções de terra, o que era falso, pois os fazendeiros só modificaram seus modos de ocupação quando o capital impôs suas necessidades e também porque existia um consenso entre alguns juristas de que “moradas habituais” e terras de “cultura efetiva” não eram obrigadas a serem legalizadas.

De acordo com Oliveira e Faria (2009), existiam também duas interpretações sobre a apropriação de terras devolutas. A primeira mostrava essa apropriação como ilegal, isto porque a aquisição de terras só poderia ser feita por meio de compra. Enquanto durou o Império, esta foi a posição do governo. Outra corrente alegava que era legalmente impossível e socialmente indesejável a completa sustação da posse como meio de aquisição das terras devolutas. Assim, em nome da justiça social era legítima a ocupação de terras, independente da extensão do território.

O Brasil chegou à República sem conseguir montar um mapa das ocupações de terra, a certeza de quais eram as terras devolutas, sem uma real definição sobre a questão da propriedade e com o entendimento de que os poderes públicos devem agir com toda a benevolência para com esses ocupantes de terras. Entretanto, não é correto concluir que a Lei de Terras não foi aplicada.

Para que tivesse reconhecimento jurídico os documentos de venda ou doação de terras devolutas ou imóveis deveriam ser levados à transcrição, porém, novamente a prática continuou sendo a de não transcrição dos títulos emitidos pelas repartições públicas, graças à visão tida por alguns juristas de que o Estado não era um proprietário de terras comum e por isso, não respondia as mesmas obrigações que os particulares. Devido às necessidades, passou-se a aceitar como registro de origem, os registros produzidos em órgãos públicos, os registros de imóveis, hipotecas e as sentenças judiciais emitidas por juizes de direito, além dos Registros Paroquiais. Por fim, o Império nunca conseguiu controlar os títulos de propriedades no território brasileiro (OLIVEIRA e FARIA 2009).

Com a Constituição de 1891, o Brasil entrou em um período de transição na questão de organização fundiária. O governo federal abriu mão de implantar regulamentações e permitiu que cada estado elaborasse suas leis e Constituições, deixando com que as oligarquias regionais interferissem nas políticas para terem seus anseios atendidos. É sempre marcante a relação de liberalidade dos governos estaduais para com os grandes

detentores de posse. Assim para Oliveira e Faria (2009), durante a República Velha, o que moveu as questões da terra foram: 1. “a existência ou não de uma política de ocupação de terras devolutas do governo federal, em que 1897 e 1911 aparecem como datas significativas”; 2. A existência de legislações favoráveis ao apossamento, processo subordinado às condições predominantes no campo, como o coronelismo por exemplo.

Embora a Lei de Terras tenha sido criada para evitar assimilações territoriais indevidas, fazendeiros continuavam ocupando terras devolutas sem autorização. Mesmo assim, o Código Civil de 1916 entendia as terras devolutas como parte dos bens patrimoniais de domínio privado do Estado, posição quase unânime na doutrina jurídica. Até a Constituição de 1934, as terras devolutas poderiam ser objeto de usucapião, porém, durante o Governo Provisório de Vargas foi assinado um decreto que reconhecia as concessões de terras feitas pelos regimes anteriores e determinou que dali em diante a transcrição fosse obrigatória para a validação dos títulos de terras. O decreto ainda regulamentava os limites territoriais para que as posses pudessem ser obtidas pelo artifício do usucapião, que foram integrados na constituição de 1934 (OLIVEIRA e FARIA, 2009).

### 3 | CONCLUSÃO

Em primeiro lugar, é importante destacar que todo conceito histórico criado esta extremamente ligado ao seu contexto, bem como a forma como ele é apropriado e transformado e para o conceito “propriedade” não poderia ser diferente.

Ao longo do processo de análise da bibliografia, percebeu-se a impossibilidade de produzir historiografia acerca da história da propriedade apenas através das lentes da História, assim devemos nos voltar para produções do campo jurídico, sem perder de vista que o ordenamento legal não tem sua totalidade refletida na realidade concreta ou como nos demonstra Hespanha (2005), a “law in action” (direito vivido) pode ser diferente da “the law in the books” (direito escrito).

Por fim, como Motta (2012) alerta, é preciso estar atento para que a questão da propriedade, complexa, paradoxal e multiforme, não seja reduzida apenas aos arquivos, proprietários e conflitos pela propriedade. Sempre tendo em mente a já citada definição de Paolo Grossi:

A ordem fundiária de um certo momento histórico é muito mais aquilo que circula invisível no ar daquele momento, do que aquilo que resulta inscrito entre os sinais sensíveis da paisagem agrária (GROSSI, 2006, p. 24)



## REFERÊNCIAS

GROSSI, Paolo. (2006) *História da propriedade e outros ensaios*. Renovar Rio de Janeiro.

HESPANHA, António Manuel.(2005) *Direito luso-brasileiro no antigo régime*. Fundação Boiteux, Florianópolis

MOTTA, Maria Sarita.(2012) Sesmarias e propriedade titulada da terra: o individualismo agrário na América portuguesa. *SÆCULUM - Revista De História, João Pessoa*. V. 26. p. 29- 45. jan./jun,

OLIVEIRA, Ariovaldo, Umbelino; FARIA, Camila Salles de.(2009) *Processo de Constituição da Propriedade Privada da Terra no Brasil*". EGAL.

WELCH, Cliff. Propriedade. In MOTTA, Márcia (org).(2005) *Dicionário da Terra*. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Afeto 2, 43, 128, 134

Africanidades 38, 42, 43, 44, 46, 48

Alteridade 16, 54, 113

América Latina 3, 4, 14, 81, 84, 163, 169, 180, 181, 185, 187, 188, 190, 238

Antropologia 128, 130, 135, 138, 179, 195, 207, 235, 236

Arquétipos 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 126, 134

Artes 60, 101, 114, 116, 117, 120, 125, 127, 178

### C

Comunicação 57, 58, 63, 64, 69, 70, 126, 138, 142, 148, 150, 154, 156, 159, 161, 166, 181, 186, 190, 192, 194, 195, 207, 245, 260

### D

Democracia 29, 37, 41, 49, 50, 52, 54, 56, 58, 59, 75, 79, 185, 224, 227, 254, 256

Dialética 1, 2, 6, 7, 8, 10, 11, 12, 13, 54, 57, 113, 161

Direitos das Mulheres 73, 77, 79, 81

Direitos Humanos 16, 17, 21, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 51, 52, 53, 54, 74, 78, 183, 191, 193

Discurso 4, 50, 56, 62, 63, 64, 72, 87, 92, 113, 127, 133, 147, 150, 195, 196, 197, 199, 200, 202, 203, 204, 206, 207, 217, 224, 227, 254

Diversidade 25, 26, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 35, 36, 37, 41, 42, 47, 55, 58, 63, 65, 68, 71, 79, 109, 150, 158, 163, 164, 198, 211, 239, 243

### E

Educação 5, 13, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 56, 57, 61, 62, 63, 71, 72, 73, 75, 76, 83, 85, 91, 106, 122, 199, 202, 204, 220, 224, 236, 246

Emancipação Feminina 73

Ensino 15, 25, 26, 28, 29, 34, 35, 38, 39, 41, 43, 48, 50, 56, 59, 60, 62, 63, 65, 67, 68, 71, 90, 102, 104, 114, 125, 199, 208, 210, 220, 221, 222, 223, 224, 225

Escola 20, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 32, 33, 34, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 53, 55, 58, 62, 68, 71, 78, 90, 112, 147, 149, 179, 209, 210, 220, 221, 222, 223, 224

Estigma 116, 132, 134, 135, 138, 167, 170, 171, 176, 177, 178

Ética 11, 16, 19, 23, 24, 59, 83, 84, 103, 149, 178

Etnografia 38, 43, 48, 130, 135, 136

Eugenia 140, 146, 150

## **F**

Formação Continuada 62, 63, 64, 65, 71

Fronteiras 56, 57, 72, 194, 200, 201

## **G**

Geografia 147, 234, 235, 236, 238, 239, 240, 242, 243

## **H**

História 1, 2, 7, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 23, 34, 38, 40, 41, 42, 47, 54, 58, 61, 78, 80, 84, 89, 99, 114, 120, 122, 125, 134, 140, 141, 150, 161, 169, 185, 186, 187, 196, 197, 200, 202, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 214, 217, 218, 219, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 232, 235, 236, 240, 241, 248, 249, 256, 257, 258, 259

Homossexualidade 128, 131, 132, 133, 134, 138

## **I**

Idosos 204

Inconsciente Coletivo 116, 118, 119, 120, 122, 123, 124, 126

Integração Social 55

## **J**

Jornalismo 140, 195

Juventudes 49, 50, 54, 55, 60, 61

## **L**

Ludicidade 38, 41, 42, 43, 46, 48

Lugares de resistência 38

## **M**

Masculinidades 137

Movimento Migratório 180

Movimentos Feministas 73, 74, 75, 78, 79, 80, 81, 83

## **N**

Negritude 115, 128, 130, 131, 134, 149, 246

## **O**

Outsiders 167, 168, 170, 171, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178

## **P**

Patriarcado 73, 74, 75, 76, 77, 80, 81, 83, 84

Pedagogia do teatro 114

Periódicos 126, 140, 141, 143, 145, 148

Plantas Medicinais 85, 86, 89, 90, 96, 97, 98, 99

Pobreza 3, 16, 17, 18, 19, 20, 23, 24, 25, 27, 34, 36, 37, 180, 189, 192

Propriedade da terra 226, 228

## **Q**

Quilombo 142, 143, 234, 236, 237, 238, 239, 242

## **R**

Racismo 32, 39, 40, 41, 47, 48, 53, 64, 104, 130, 131, 132, 133, 137, 140, 147, 148, 173, 246, 248, 257

Refugiados 180, 182, 183, 184, 185, 192, 193

## **S**

Saúde 4, 5, 28, 31, 73, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 106, 116, 150, 160, 163, 169, 170, 179, 180, 181, 190, 191, 204, 205, 206

Serviço Social 1, 2, 3, 4, 5, 6, 10, 11, 12, 13, 14, 15

Situação de rua 16, 17, 21, 22, 23, 24

## **T**

Temas transversais 28, 208, 221, 222, 223

Teoria Marxiana 1

Território 22, 53, 104, 123, 146, 183, 184, 191, 200, 201, 202, 223, 225, 229, 231, 234, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 241, 242, 243, 246, 247, 248, 252, 254, 255

## **V**

Violação 16, 17, 21, 23, 26, 148, 183

# Ciências Humanas: Afeto, Poder e Interações

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

# Ciências Humanas: Afeto, Poder e Interações

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 